

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES (ANATEL)

Aplicação: 2015

CURSO DE FORMAÇÃO

PROVA OBJETIVA

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- 1 Ao receber este caderno de prova, confira inicialmente se os seus dados pessoais, transcritos acima, estão corretos e coincidem com o que está registrado na sua Folha de Respostas. Confira também o seu nome em cada página numerada deste caderno de prova. Em seguida, verifique se ele contém a quantidade de itens indicada em sua Folha de Respostas, correspondentes à prova objetiva. Caso o caderno esteja incompleto, tenha qualquer defeito e(ou) apresente divergência quanto aos seus dados pessoais, solicite ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis, pois não serão aceitas reclamações posteriores nesse sentido.
- 2 Quando autorizado pelo chefe de sala, no momento da identificação, escreva, no espaço apropriado da Folha de Respostas, com a sua caligrafia usual, a seguinte frase:

O descumprimento dessa instrução implicará a anulação da sua prova e a sua eliminação do concurso.

- 3 Não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização de fiscal de sala.
- 4 Na duração da prova, está incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer da prova — e ao preenchimento da Folha de Respostas.
- 5 Ao terminar a prova, chame o fiscal de sala mais próximo, devolva-lhe a sua Folha de Respostas e deixe o local de prova.
- 6 A desobediência a qualquer uma das determinações constantes em edital, no presente caderno ou na Folha de Respostas poderá implicar a anulação da sua prova.

OBSERVAÇÕES:

Não serão conhecidos recursos em desacordo com o estabelecido em edital. É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

INFORMAÇÕES ADICIONAIS:

0(XX) 61 3448-0100;
www.cespe.unb.br;
sac@cespe.unb.br.

cespe

Cebbraspe
Centro Brasileiro de Pesquisas em Matemática
e Estatística e de Promoção de Estudos

De acordo com o comando a que cada um dos itens a seguir se refira, marque, na **folha de respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. Para as devidas marcações, use a **folha de respostas**, único documento válido para a correção da sua prova objetiva.

PROVA OBJETIVA

No que se refere à posição da constituição no direito, a sua hermenêutica e a suas instituições, bem como aos direitos fundamentais e às comunicações, julgue os itens a seguir.

- 1 É norma constitucional de eficácia limitada o dispositivo da Constituição Federal de 1988 (CF) que afirma ser livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, se atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer.
- 2 O jornalismo pode ser exercido independentemente de o profissional portar diploma de curso superior, sendo vetado ao Estado regular essa atividade, criar conselho profissional ou, ainda, fiscalizar a profissão por meio do exercício do poder de polícia.
- 3 A Constituição de 1891 foi a primeira constituição brasileira a reconhecer a liberdade de comunicação.
- 4 Suponha que João grave, sem autorização judicial, conversa telefônica que teve com Pedro. Nessa situação, segundo o entendimento do STF, a gravação não é considerada interceptação telefônica e pode ser utilizada como prova lícita sobre qualquer fato.
- 5 Se, em determinada investigação criminal, ocorrer interceptação autorizada de comunicação eletrônica, todas as provas de crimes que forem obtidas poderão ser utilizadas, ainda que não guardem relação com a motivação original.

Julgue os próximos itens, relativos aos princípios da administração pública.

- 6 Conforme o entendimento do STF, o diretor de determinado órgão interno da ANATEL que nomear um primo para o cargo de chefia no próprio órgão estará violando a CF.
- 7 O princípio da legalidade tem o mesmo significado quando aplicado à administração pública e quando entendido como um direito fundamental.
- 8 A entrada em vigor da Lei do Acesso à Informação, em 2011, impôs, definitivamente, *accountability* sobre a administração pública no seu cumprimento, concretizando, assim, o princípio da eficiência.

Com relação à distribuição de competências entre os entes federados, julgue os itens subsequentes.

- 9 Se um município legislar sobre telecomunicações, a norma criada será constitucional, visto que a competência legislativa sobre o tema é concorrente da União, dos estados e dos municípios.
- 10 Se o ministro das Comunicações estabelecer determinada política pública sobre telecomunicações, essa política pautará o exercício das atividades da ANATEL, pois o Ministério das Comunicações tem atribuição legal sobre os assuntos relacionados ao referido tema e a serviços postais e radiodifusão.

Julgue os itens subsequentes, referentes à ordem econômica.

- 11 A CF foi concebida sob forte espírito de Estado social, sendo este responsável por diversas garantias e direitos sociais universais. Entretanto, a partir da Emenda Constitucional n.º 8/1995, o Estado começou a deixar o papel prestacional e passou a assumir um caráter regulador em vários setores econômicos.
- 12 O Estado só pode explorar diretamente atividade econômica se houver relevante interesse coletivo, nos termos da lei.
- 13 Conforme o entendimento de raiz historicista, qualquer serviço de telecomunicações é essencialmente serviço público.

Julgue os itens seguintes, referentes aos aspectos da ordem social: comunicação social, cultura e ciência e tecnologia.

- 14 Educação, artes, cultura e informação devem ser, preferencialmente, as principais finalidades da TV por assinatura.
- 15 Com a promulgação da CF, pessoas jurídicas obtiveram permissão para ingressar como sócias de empresas jornalísticas e de radiodifusão.

No que diz respeito às abordagens positiva e normativa da regulação econômica, julgue os itens que se seguem.

- 16 De acordo com a abordagem normativa, o monopólio natural é uma situação Pareto ótima e não deve, por isso, ser regulado.
- 17 No modelo principal-agente, não existe relação hierárquica, somente assimetria de informações.
- 18 Na solução *second-best*, o regulador deve permitir um lucro excedente por parte da firma (*rents*) como consequência da informação assimétrica.
- 19 A aplicabilidade das soluções da teoria normativa requer alto nível de discricionariedade por parte do regulador.
- 20 Na teoria positiva, o critério de eficiência é utilizado como variável de decisão em detrimento de questões relacionadas a aspectos distributivos de renda da política.

Em relação à Teoria Política Positiva da Regulação (TPPR), julgue os itens a seguir.

- 21 É unanimidade na literatura que a hipótese de racionalidade maximizadora dos agentes econômicos distingue as teorias positiva e normativa da regulação.
- 22 Mesmo que a regulação seja implementada com objetivo de corrigir alguma falha de mercado, a teoria da captura prevê o surgimento de distorções para atender aos interesses das firmas, em detrimento daqueles dos consumidores.
- 23 Ao contrário da lógica usual de que quanto maior o poder do grupo, maior o poder de mercado exercido pelo grupo, Stigler afirmou que grupos com menores custos para se organizar e com maiores ganhos potenciais *per capita* têm maior capacidade de influência no processo regulatório.
- 24 Considerando a lógica teórica da regulação sob a ótica da Escola de Chicago, grupos com menores efeitos marginais em termos de custos têm maior probabilidade de sucesso sobre a decisão regulatória.
- 25 De acordo com a teoria da regulação da Escola de Chicago, como forma de atingir o maior bem-estar, o regulador irá conceder, ao grupo vencedor com maior poder político, preço de monopólio.
- 26 O modelo defendido pela TPPR estabelece que a introdução de regulação ocorre mais frequentemente em indústrias que estão próximas de situações de competição perfeita e da situação de monopólio, e não em indústrias em mercados com estruturas intermediárias.

Considerando a teoria referente à oferta de regulação, julgue os itens subsequentes.

- 27 Ao contrário do que faz a teoria da demanda por regulação, a teoria da oferta por regulação enfatiza o problema do principal agente entre reguladores e legisladores.
- 28 A relação de paternalismo entre empregado e patrão constitui exemplo de instituição que alinha os incentivos das partes na busca pela redução dos custos relacionados à assimetria de informação.
- 29 Os custos de agência ocorrem porque o principal tem mais informações sobre o ente regulado do que o agente.
- 30 De acordo com o modelo principal-agente, instituições especializadas surgem com o propósito de monitorar o agente.

Acerca dos aspectos microeconômicos da teoria da regulação, julgue os itens a seguir.

- 31 Sob informação imperfeita não é possível atingir o resultado do primeiro teorema do bem-estar.
- 32 O monopólio natural não constitui falha de mercado, visto que seu resultado é Pareto eficiente.
- 33 Em caso do monopólio natural, a curva de custo médio estará sempre acima da curva de custo marginal.
- 34 A curva de custo médio no monopólio natural é aditiva.
- 35 Economias de escala ocorrem quando uma única empresa produz dois bens a um custo menor do que se a produção desses bens fosse realizada por outras duas empresas.

No que se refere às diversas formas teóricas e práticas relacionadas à regulação de mercado, julgue os próximos itens.

- 36 A solução de Ramsey estabelece que, se uma empresa produzir dois bens sob o resultado de monopólio natural, a produção desses bens deverá ser reduzida em magnitudes iguais, independentemente da curva individual de custo, como forma de igualar a receita marginal e o custo marginal.
- 37 Nos casos em que as revisões tarifárias são feitas em curto período de tempo, o ideal é estabelecer a regulação por taxa de retorno como forma de assegurar o maior incentivo para o regulado.
- 38 Sob o efeito Averch-Johnson na regulação, as firmas tendem a utilizar menos o fator trabalho do que seria economicamente eficiente.
- 39 A regulação por incentivos é recomendada quando há grande assimetria de informações entre o principal e o agente.
- 40 A regulação por preço-teto é retrospectiva e exige amplo conhecimento do regulador em relação à estrutura de custo do regulado.

Em relação à organização da ANATEL, julgue os itens de 41 a 45.

- 41 A Lei Geral de Telecomunicações, editada em 1997, elenca exaustivamente as competências atribuídas à ANATEL, como por exemplo, as funções de outorga de serviços e normatização.
- 42 O Conselho Diretor da ANATEL, formado por cinco conselheiros, representa o órgão máximo da agência, sendo suas deliberações realizadas por maioria absoluta de seus membros.

- 43 Entre os instrumentos deliberativos da ANATEL incluem-se as resoluções, que são decisões que fixam entendimento sobre matérias de competência da agência e têm efeito vinculativo.
- 44 Procedimento administrativo previsto no Regimento Interno da ANATEL, a Consulta Interna submete minuta de ato normativo a críticas e sugestões do público em geral.
- 45 O procedimento de anulação pode ser iniciado tanto por provocação de interessados quanto de ofício, em casos de indício de vício de legalidade.

Julgue os itens que se seguem, relativos ao processo regulatório e normativo da ANATEL. Nesse sentido, considere que a sigla AIR, sempre que utilizada, refere-se a Análise de Impacto Regulatório.

- 46 A AIR é uma ferramenta utilizada para examinar e medir os impactos de novas regulações ou até mesmo de regulações já existentes.
- 47 Recomenda-se a AIR para justificar decisões tomadas anteriormente em regulação de serviços.
- 48 A proposta de medida regulatória deve seguir um processo durante sua elaboração. Entre as etapas constantes em sua metodologia, inclui-se o monitoramento dos efeitos após a implementação da norma.
- 49 No procedimento de elaboração da AIR, os objetivos da política regulatória devem ser hierarquizados com vistas à obtenção de uma análise que não apresente ambiguidades e contradições.
- 50 Na elaboração de uma medida regulatória, deve-se adotar uma metodologia rígida, a fim de se evitarem distorções ou favorecimentos no processo de tomada de decisão.

No que se refere aos principais normativos da ANATEL, julgue os itens seguintes.

- 51 O Serviço Móvel Pessoal pode ser prestado nas modalidades pré-pago e pós-pago, sendo facultado às operadoras realizar planos de serviços que mesclam essas duas modalidades.
- 52 A inadimplência do consumidor pode causar, por parte das prestadoras de Serviço Móvel Pessoal, suspensão parcial, suspensão total e desativação definitiva dos serviços a ele prestados.
- 53 A prestação do Serviço de Acesso Condicionado depende de prévia autorização da ANATEL, que deve ser expedida com prazo de validade não superior a oito anos, renovável por igual período, mediante termo de autorização.
- 54 As prestadoras de serviço de TV a cabo estão condicionadas a diversos prazos de prestação de serviço estabelecidos em resoluções da ANATEL, devendo se preocupar, por exemplo, com o prazo máximo para realização de reparos solicitados pelo usuário.
- 55 Os prazos para instalação de telefones fixos residenciais que as concessionárias responsáveis pela prestação do Serviço Telefônico Fixo Comutado devem atender baseiam-se em parâmetros como a quantidade de habitantes da localidade e a distância em relação aos centros urbanos.

Entre 1997 e 2007, houve um direcionamento estratégico na ANATEL para a construção e o desenvolvimento de sistemas, com vistas à automação de processos da agência. A respeito desses sistemas, julgue os itens a seguir.

- 56 O sistema de atendimento ao usuário (FOCUS) inclui em suas funcionalidades o atendimento ao cidadão por meio da *web* e a gestão de indicadores de reclamações dos usuários quanto às operadoras de telecomunicações e ao serviço por elas prestado.
- 57 O Sistema Integrado de Gestão de Créditos (SIGEC) registra informações e emite os documentos necessários à gestão dos créditos lançados pela ANATEL contra terceiros. Ademais, esse sistema apresenta funcionalidade de inscrição e retirada da dívida ativa, bem como parcelamento de débitos judiciais.
- 58 O Sistema Integrado de Gestão e Controle do Espectro (MOSAICO) disponibiliza os processos da ANATEL para contribuição do público interno e externo à agência.
- 59 As ações do cadastramento e a protocolização de documentos são funcionalidades do Sistema Integrado de Controle de Processos (SPADO).
- 60 O Sistema de Infraestrutura Crítica (SIEC) centraliza o controle de acesso e permissões de todos os sistemas da ANATEL.

Julgue os itens que se seguem, com relação ao planejamento estratégico na ANATEL.

- 61 O referido planejamento visa definir os objetivos de médio e longo prazo da agência, buscando reduzir a incerteza envolvida no processo decisório, bem como maximizar os resultados.
- 62 A implementação do plano estratégico proposto para a ANATEL iniciou-se com o estabelecimento prioritário das fases Inteligência Estratégica e Gestão de Riscos, em virtude dos cenários identificados na agência.
- 63 A estrutura organizacional de implantação do planejamento estratégico da ANATEL não estabelece responsabilidades, embora fomente o envolvimento de toda a organização no processo.
- 64 O Núcleo de Sistematização, além de patrocinar o planejamento estratégico da ANATEL, é a unidade responsável pela condução do processo de Gestão Estratégica da Agência.
- 65 Os processos finalísticos compreendem as atividades primárias da ANATEL, e suas ações recebem suporte dos processos de gestão.

Com relação ao regime único dos servidores públicos e ao quadro de pessoal da ANATEL, julgue os itens subsequentes.

- 66 Cargos de provimento efetivo são de livre nomeação e exoneração, e não dependem de concurso público para o seu provimento.
- 67 Compete ao Conselho Diretor da ANATEL aprovar, entre os cargos preenchidos, o quadro de distribuição de pessoal, em conformidade com as necessidades de cada unidade que compõe a estrutura da agência.
- 68 O servidor público federal faz jus ao recebimento da indenização denominada ajuda de custo quando, no interesse do serviço, se afastar de seu órgão de lotação em caráter eventual.
- 69 Os trinta dias de férias a que o servidor público federal tem direito podem ser parcelados em, no máximo, dois períodos por decisão da administração.
- 70 Considere que uma servidora, de sessenta anos de idade, tenha doze anos de efetivo exercício no serviço público e ocupe há dez anos um cargo efetivo. Nesse caso, essa servidora pode se aposentar voluntariamente, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição.

Com relação a licitações e contratos administrativos, julgue os próximos itens.

- 71 Convite é a modalidade de licitação entre interessados previamente cadastrados, escolhidos e convidados em número mínimo de três, para desenvolver trabalho científico, artístico, ou técnico.
- 72 As licitações devem ser conduzidas em consonância com o princípio da impessoalidade. Assim, deve-se destinar o mesmo tratamento a todos os interessados em contratar com o poder público, salvo algumas exceções legais.
- 73 Considere que determinada agência reguladora federal pretenda celebrar contrato com empresa de serviços de engenharia para a realização de pequenos consertos de natureza urgente no prédio que lhe serve de sede. Suponha ainda que o valor a pagar por esses consertos seja de R\$ 9.500,00. Nesse caso, nos termos da Lei n.º 8.666/1993, é dispensável a licitação.
- 74 Caso o Ministério das Telecomunicações pretenda transferir crédito para a ANATEL, o instrumento adequado para formalizar a transferência do crédito será o contrato administrativo, que é o ajuste entre órgãos da administração pública para a formação de vínculo e a estipulação de obrigações recíprocas.
- 75 Constitui cláusula exorbitante a prerrogativa da administração de aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do contrato.

De acordo com a Lei n.º 9.784/1999, julgue os itens a seguir, a respeito do processo administrativo.

- 76 O processo administrativo, tal como o processo judicial, somente inicia-se com a provocação do interessado.
- 77 Segundo o entendimento majoritário da doutrina, processo administrativo não se confunde com procedimento administrativo, sendo este o conjunto de formalidades que devem ser observadas para a prática de certos atos administrativos.
- 78 O princípio da razoabilidade impõe à administração pública adequação entre meios e fins.
- 79 Como decorrência do princípio da segurança jurídica, foi estabelecido o prazo de cinco anos para a administração revogar seus atos dos quais decorram efeitos favoráveis para os destinatários.
- 80 No âmbito do processo administrativo, a adoção do informalismo moderado significa que, como regra, os atos do processo administrativo não dependem de forma determinada, salvo quando a lei expressamente a exigir.